

COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO BIOPOLÍTICO

COMMUNICATION AS A BIOPOLITICAL PROCESS

COMUNICACIÓN COMO PROCESO BIOPOLÍTICO

Eduardo Yuji Yamamoto ¹

yujieduardo@gmail.com

RESUMO

A partir do conceito de biopoder de Michel Foucault, propõe-se pensar a comunicação como processo implicado na produção e regulação da vida social. Através de uma abordagem teórico-conceitual de orientação genealógica, o texto problematiza a consolidação da transmissão como modelo dominante e articula contribuições de Deleuze, Hardt e Negri, Agamben e Esposito. Dessa interlocução resultam quatro operadores teórico-analíticos: modulação e controle; produção do comum; dispositivo e captura; imunização. Tais operadores orientam a investigação de práticas sem constituir um protocolo metodológico fechado. Argumenta-se que tal perspectiva amplia o problema comunicacional para além da transmissão e da representação, permitindo analisar como sujeitos, relações e formas de vida são produzidos e regulados.

Palavras-chave: Biopoder. Comunicação. Subjetivação.

¹ Docente e pesquisador na Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO-PR) e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR).

ABSTRACT

Drawing on Michel Foucault's concept of biopower, this article examines communication as a process in the production and regulation of social life. A genealogical theoretical-conceptual approach questions transmission as a dominant model and draws on Deleuze, Hardt and Negri, Agamben, and Esposito. Four theoretical-analytical operators emerge: modulation and control; production of the common; apparatus and capture; immunization. They guide the analysis of communication practices without forming a closed methodological protocol. A biopolitical perspective thus moves communication beyond transmission and representation, enabling analysis of how subjects, conduct, relations, and possibilities of life are produced and regulated.

Key words: Biopower. Communication. Subjectivation.

RESUMEN

A partir del concepto de biopoder de Michel Foucault, el artículo analiza la comunicación como proceso implicado en la producción y regulación de la vida social. Mediante un abordaje teórico-conceptual genealógico, cuestiona la transmisión como modelo dominante y articula aportes de Deleuze, Hardt y Negri, Agamben y Esposito. De esta interlocución resultan cuatro operadores teórico-analíticos: modulación y control; producción de lo común; dispositivo y captura; inmunización. Estos orientan el análisis de prácticas comunicacionales sin constituir un protocolo metodológico cerrado. La perspectiva biopolítica amplía así el problema comunicacional más allá de la transmisión y la representación, permitiendo analizar cómo sujetos, conductas, relaciones y posibilidades de vida son producidos y regulados.

Palabras clave: Biopoder. Comunicación. Subjetivación.

1 INTRODUÇÃO

O pensamento de Michel Foucault ocupa um lugar estratégico na Comunicação². Frequentemente mobilizado nas análises do discurso, ele permite, no entanto, problematizar o campo para além da representação, sobretudo quando se enfatizam as relações de poder e os regimes de verdade que atravessam a vida social. Nesse contexto, destaca-se a problemática do biopoder.

Ao articular a relação entre vida (*bio*) e poder, Foucault inaugura um horizonte de investigação que ultrapassa a centralidade das estruturas jurídicas e institucionais para privilegiar os processos de gestão, produção e regulação da vida. Trata-se de um conceito que reúne reflexões heterogêneas e que, sob o prisma da comunicação, pensa o acontecimento comunicacional para além de seu entendimento corrente – como sistema técnico de transmissão de mensagens –, situando-o como fenômeno diretamente implicado na organização da vida social.

No âmbito deste dossiê, o texto busca contribuir para o entendimento da comunicação como processo implicado na produção e regulação da vida social. Para isso, adota uma abordagem teórico-conceitual de orientação genealógica, que toma o biopoder como problema e acompanha alguns de seus desdobramentos em interlocutores de Foucault. A escolha de Gilles Deleuze, Michael Hardt e Antonio Negri, Giorgio Agamben e Roberto Esposito não pretende reconstituir exaustivamente a recepção do conceito, mas identificar inflexões que interrogam dimensões distintas do comunicacional: a modulação das condutas, a produção do comum, a captura pelos dispositivos e as dinâmicas de imunização.

Esse percurso exige inicialmente duas redefinições conceituais. A primeira refere-se à própria ideia de poder. Em lugar de concebê-lo como relação entre polos fixos ou prioritariamente como mecanismo repressivo, parte-se de uma chave decisiva da teoria foucaultiana: sua natureza produtiva ou positiva.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas

² Neste texto, a palavra Comunicação, em caixa alta, é utilizada para se referir ao campo de estudos, ao passo que a sua escrita em caixa baixa designa o objeto de estudo.

que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2006, p. 8).

A segunda operação conceitual enfatiza o caráter relacional e subjetivador da comunicação. Mais do que tomar emissores, receptores ou públicos como posições previamente constituídas, interessa compreender as relações históricas que os produzem enquanto sujeitos comunicantes. Desse modo, práticas discursivas, dispositivos técnicos e formas de subjetivação participam da constituição de modos de vida, deslocando a comunicação de sua redução a conteúdos ou mensagens para as condições em que relações, condutas e possibilidades de ação são produzidas.

É com base nesse quadro que se define a escolha dos interlocutores e a construção dos quatro operadores teórico-analíticos. Em Deleuze, interessa a passagem das formas disciplinares para a modulação contínua das condutas; em Hardt e Negri, a inserção da comunicação nos processos produtivos e na constituição do comum; em Agamben, a captura da vida pelos dispositivos e o problema de seus usos; e, em Esposito, a tensão entre comunidade e mecanismos imunitários de proteção. Essas perspectivas não constituem um protocolo metodológico fechado nem são tomadas como etapas de uma mesma teoria. Elas possibilitam formular diferentes questões diante de objetos e práticas comunicacionais: como fluxos e possibilidades de ação são modulados; como linguagens, informações, saberes e afetos participam da produção de relações; como dispositivos orientam usos e processos de subjetivação; e como mecanismos de proteção e regulação da exposição ao outro podem restringir as próprias condições de constituição do comum.

A pertinência dessa abordagem se acentua diante da intensificação dos fluxos informacionais e da presença de aparatos técnicos na organização da experiência social. Fenômenos contemporâneos podem, assim, ser examinados sem que sua natureza biopolítica seja pressuposta de antemão. Trata-se, diversamente, de verificar pelas relações observadas em cada objeto se, e de que maneira, poder, subjetivação e produção da vida nele se articulam.

2 BIOPODER, SUBJETIVAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A noção de biopoder está vinculada ao conjunto de trabalhos realizados por Foucault para compreender a natureza do poder moderno – caracterizado como gestão da vida (*bios*) em sua totalidade (alma, corpo, população). Amparando-se em análises históricas de práticas institucionais, discursos médicos e dispositivos administrativos, o autor demonstra como o poder ultrapassa a forma jurídica da soberania para se reorganizar em torno de técnicas disciplinares que incidem sobre os corpos, tal como descrito em suas análises das instituições modernas (*Vigiar e Punir*) e dos mecanismos regulatórios voltados à gestão da população, identificados em seus estudos sobre sexualidade, saúde e governamentalidade (*História da Sexualidade I: A Vontade de Saber; Segurança, Território, População*). Trata-se, segundo Foucault (2000, p. 287), de um poder de “fazer viver” e “deixar morrer”, diferentemente do modelo soberano anterior, centrado no fazer morrer e deixar viver.

Essa dupla articulação – descrita como anátomo-política dos corpos e biopolítica das populações³ – levou-o à compreensão do poder como uma rede que atravessa práticas, instituições e saberes, produzindo sujeitos e orientando condutas. A interpretação do poder “como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras”, um fenômeno que pode ser dividido “entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos” é rejeitada por Foucault (2006, p. 183). Diversamente, ele propõe uma dinâmica reticular em que o indivíduo não é só alvo do poder, mas sobretudo agente (ou transmissor), operando-o por meio de uma multiplicidade de dispositivos.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 2006, p. 183).

³ Adota-se aqui a concepção de Peter Pál Pelbart (2003, p. 57) que descreve o biopoder como “uma tecnologia de dupla face”.

Essa concepção reticular do poder traz consequências importantes para os estudos da comunicação, sobretudo no plano da subjetivação. Em geral tomados como dados naturais, seus sujeitos – emissor, receptor, público etc. – podem ser compreendidos como efeitos históricos de práticas e relações de poder (YAMAMOTO, 2021). Importam, assim, as condições que tornam possíveis determinadas posições de fala, escuta, participação e circulação e as relações que as estabilizam ou transformam.

Essa mudança altera também a maneira de formular o problema do poder na comunicação. A distribuição assimétrica do poder entre polos constituídos já não esgota o problema; é preciso considerar também os processos pelos quais esses próprios polos, suas possibilidades de ação e as relações entre eles são produzidos. Como afirma Foucault (2006, p. 236), “as relações de poder são, antes de tudo, produtivas”. Daí a relevância da comunicação para uma análise biopolítica: ela não apenas faz circular discursos, mas participa das relações mediante as quais sujeitos e condutas adquirem forma.

3 GENEALOGIA, DESCONTINUIDADE E O PROBLEMA DA ORIGEM

A incorporação do pensamento foucaultiano à Comunicação envolve uma questão metodológica fundamental: a crítica à ideia de origem. Na esteira de Nietzsche, a genealogia recusa a busca retrospectiva por um fundamento estável que explicaria o desenvolvimento dos fenômenos e privilegia as condições históricas de sua emergência, as descontinuidades e as relações de força que os constituem. Em lugar da *Ursprung*, entendida como origem essencial, interessa investigar a *Herkunft* e a *Entstehung*, isto é, a proveniência e a emergência de configurações que poderiam ter assumido outras formas.

Trata-se, portanto, de desfazer a aparência de necessidade adquirida pelos fenômenos no presente. A genealogia busca “marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de qualquer finalidade monótona” (FOUCAULT, 2006, p. 15-16), interrogando as disputas e contingências encobertas pela aparência de continuidade histórica. É nesse sentido que Foucault define o acontecimento a partir do jogo entre forças:

É preciso entender por acontecimento [...] uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta (FOUCAULT, 2006, p. 28).

Aplicada à Comunicação, a genealogia problematiza aquilo que se apresenta como seu fundamento evidente: a transmissão entre polos previamente constituídos. Em vez de tomá-la como estrutura natural do fenômeno comunicacional, trata-se de investigar as condições históricas que permitiram sua consolidação como modelo explicativo dominante. A genealogia cumpre, assim, uma função preliminar no percurso deste artigo: desnaturalizar o objeto sobre o qual os quatro operadores serão posteriormente mobilizados.

Uma pista para essa investigação encontra-se na história semântica reconstruída por Raymond Williams. Ao relacionar as transformações do termo comunicação às mudanças na organização da vida moderna, o autor evidencia uma tensão interna ao conceito entre transmissão e compartilhamento:

Foi no século XX, com o desenvolvimento de outros meios de transmissão de informação e de manutenção do contato social, que comunicações passou também – e talvez predominantemente – a referir-se a meios (*media*), como a imprensa e a radiodifusão, embora esse uso (mais precoce nos Estados Unidos do que no Reino Unido) só se estabilize em meados do século XX [...] Nos debates sobre sistemas de comunicação e teoria da comunicação, é frequentemente útil recordar a amplitude ainda não resolvida do substantivo de ação original, representada, em seus extremos, por transmitir – um processo unidirecional – e compartilhar (Cf. *comunhão* e, especialmente, *comungante*), um processo comum ou mútuo. Os sentidos intermediários – tornar comum a muitos e partilhar – podem ser interpretados em ambas as direções, e a escolha dessa direção é frequentemente decisiva (WILLIAMS, 1985, p. 72-73, tradução nossa).

A oscilação identificada por Williams impede que a transmissão seja tomada como essência da comunicação. Ela permite tratá-la como uma configuração historicamente produzida na articulação entre transformações técnicas, econômicas, políticas e simbólicas. Sob esse ângulo, a consolidação do modelo transmissivo deixa de

constituir um desenvolvimento necessário dos meios e passa a ser interrogada em relação às formas de organização da vida social que lhe deram inteligibilidade e eficácia.

Genealogia e biopoder se articulam precisamente nesse ponto. Ao mostrar que o modelo transmissivo e seus sujeitos não constituem dados originários da comunicação, a análise genealógica abre caminho para interrogar as relações de poder que participam de sua formação histórica. As seções seguintes exploram diferentes dimensões dessas relações, sem pressupor entre elas uma continuidade teórica ou uma sequência evolutiva.

O primeiro desses problemas aparece na leitura que Deleuze realiza das transformações das formas de poder descritas por Foucault.

4 MODULAÇÃO, PRODUÇÃO E BIOPODER: DE DELEUZE A HARDT & NEGRI

Embora Foucault jamais tenha empregado a expressão “sociedade de controle”, seus estudos sobre biopoder, governamentalidade e dispositivos de segurança já indicavam um quadro em desenvolvimento: a crise das instituições disciplinares, a expansão dos mecanismos de regulação para além dos espaços e tempos fechados, a importância da circulação de corpos, mercadorias, informações na gestão da vida social. Coube a Deleuze, diante das mutações verificadas no final do século XX, radicalizar esse diagnóstico e formular, a partir dele, a hipótese de um novo regime de poder.

Foucault analisou muito bem o projeto ideal dos meios de confinamento, visível especialmente na fábrica: concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares [...] todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares (DELEUZE, 1992, p. 219-220).

Nesse novo regime, segundo Deleuze, o poder já não depende prioritariamente de espaços delimitados de confinamento, mas opera pela modulação contínua dos fluxos sociais. A diferença não é apenas espacial. Enquanto a disciplina organiza séries

relativamente descontínuas – entrar na escola, na fábrica, no hospital ou na prisão –, o controle tende a acompanhar os indivíduos em circuitos abertos, ajustando permanentemente suas condições de participação. A comunicação adquire aí uma função estratégica ao integrar os mecanismos pelos quais condutas são acompanhadas, diferenciadas e reorientadas, e não apenas os processos de produção e circulação de mensagens.

A cifra expressa essa lógica. Se as sociedades disciplinares organizavam o par massa-indivíduo por meio da assinatura e do número de matrícula, nas sociedades de controle “os indivíduos tornaram-se ‘dividuais’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’” (DELEUZE, 1992, p. 222). O sujeito deixa, assim, de ser tratado apenas como unidade indivisa e passa a ser decomposto em traços, registros e informações que podem circular separadamente, ser correlacionados e recombinaados. A consequência analítica é incorporar as operações pelas quais esses fragmentos informacionais são correlacionados e convertidos em critérios de classificação e intervenção sobre condutas.

Em ambientes informacionais contemporâneos, a leitura deleuziana torna visíveis operações de autorização, bloqueio, classificação e recomendação que condicionam acessos e possibilidades de ação. Em vez de atribuir-lhes previamente uma natureza biopolítica, cabe examinar como dados produzidos nas interações são convertidos em critérios para diferenciar usuários, organizar sua visibilidade e modular os fluxos aos quais são expostos. A noção de controle permite, assim, alcançar o nível operacional em que as condições de circulação são continuamente configuradas.

Hardt e Negri introduzem outro problema nessa discussão. Se Deleuze examina a modulação contínua das condutas, a noção de Império⁴ situa a comunicação no próprio terreno da produção social. Mais do que um conjunto de instituições ou aparelhos, o Império designa uma forma global de poder na qual produção, comunicação e vida tornam-se indissociáveis. Não se trata, portanto, apenas de acompanhar e regular fluxos já existentes, mas de compreender como conhecimentos e relações participam da produção das próprias condições da vida social.

⁴ Aqui a palavra é utilizada em caixa alta para preservar o estilo dos autores.

Essa diferença é importante para o argumento. Em Deleuze, a comunicação interessa sobretudo enquanto participa de mecanismos que acompanham e modulam continuamente as possibilidades de ação. Hardt e Negri introduzem outro problema: nas formas contemporâneas de produção, comunicação, linguagem e afetos deixam de funcionar apenas como elementos externos ao processo produtivo e passam a constituir parte de sua própria matéria. A comunicação não serve somente para organizar aquilo que já foi produzido; ela participa da produção de relações, saberes, formas de cooperação e subjetividades.

A noção de Império amplia, por essa via, o problema do controle. O poder não atua simplesmente impondo uniformidade, mas incorporando diferenças, administrando-as e fazendo-as operar em circuitos produtivos. Daí o caráter inclusivo, diferencial e gerencial descrito pelos autores.

“No primeiro momento, o Império é uma máquina de integração universal, uma boca aberta com apetite infinito, convidando todo mundo para entrar pacificamente em seus domínios. (Tragam-me seus pobres, seus famintos, suas massas oprimidas...)” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 218). No segundo momento, esses ingressantes, já interiorizados, são estimulados a afirmarem ali as suas diferenças – vale dizer, culturais, não políticas. Longe de serem um empecilho, tais diferenças são estimuladas em um terceiro momento. É o que os autores chamam de “inclusão diferencial” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 213):

‘Dividir e conquistar’ não é, portanto a correta formulação da estratégia imperial. Com mais frequência o Império não cria divisões mas reconhece as diferenças existentes ou potenciais, festeja-as e administra-as dentro de uma economia geral de comando. O triplo imperativo do Império é incorporar, diferenciar e administrar (HARDT; NEGRI, 2001, p. 220).

A inclusão diferencial mostra, portanto, que diferença e controle não operam necessariamente como termos opostos. As singularidades podem ser reconhecidas e estimuladas justamente porque entram em circuitos de produção e administração. Essa ambivalência é decisiva para compreender o lugar da comunicação: os mesmos processos que ampliam possibilidades de expressão, cooperação e circulação também fornecem matéria para novas formas de organização e comando.

A centralidade da comunicação nessa dinâmica não decorre apenas de sua função na circulação de signos, mas de sua participação na produção social. Hardt e Negri (2009, p. VIII, tradução nossa) incluem na ideia de comum “conhecimentos, linguagens, códigos, informações, afetos”, elementos que são simultaneamente resultado da cooperação e condição para novas formas de produção e relação. O comum não designa, portanto, apenas um conjunto de bens compartilhados, mas aquilo que se produz entre sujeitos e que, uma vez produzido, pode novamente alimentar outras práticas, vínculos e capacidades coletivas.

A noção de comum dirige a análise para aquilo que as próprias relações comunicacionais fazem existir e tornam compartilhável: saberes, códigos, vínculos, competências cooperativas e formas de ação que não estavam plenamente constituídos antes da relação. A ideia de comunicação como força produtiva deriva precisamente dessa capacidade de constituir recursos e relações que passam, por sua vez, a alimentar novas práticas coletivas.

Modulação e produção do comum designam, assim, problemas relacionados, mas não equivalentes. A primeira interroga como possibilidades de ação são continuamente diferenciadas e reguladas; a segunda, como as relações comunicacionais participam da produção dos recursos e vínculos que compõem a vida social. Essa produção possui uma ambivalência constitutiva: pode ampliar capacidades de cooperação e criação coletiva, mas também fornecer novos elementos à apropriação e ao comando. Aquilo que é produzido em comum não se situa, portanto, fora das relações de poder. É justamente a possibilidade de captura dos usos, das linguagens e das capacidades produzidas nas relações que conduz à interlocução com Agamben.

5 DISPOSITIVO, PROFANAÇÃO E GESTO: AGAMBEN E A CAPTURA DA COMUNICAÇÃO

Em Agamben, o problema concentra-se nos modos pelos quais a vida é capturada e seus usos são organizados. Sua reelaboração do conceito foucaultiano de dispositivo ocupa posição central nesse percurso. Se em Foucault o termo designa um conjunto heterogêneo de práticas, saberes e instituições articulados estrategicamente,

Agamben amplia seu alcance para incluir tudo aquilo que pode orientar, modelar ou controlar as condutas dos viventes.

Generalizando ulteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei de dispositivo literalmente qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes (AGAMBEN, 2006, p. 21-22, tradução nossa).

Essa ampliação abrange aparelhos técnicos, plataformas, redes, sistemas de informação e práticas que organizam as condições de expressão e circulação. O interesse analítico, entretanto, não está em classificar esses elementos como dispositivos, mas em examinar as operações pelas quais orientam condutas, delimitam possibilidades de uso e participam da produção dos sujeitos que neles atuam. Como afirma Agamben (2006, p. 29, tradução nossa), “todo dispositivo implica um processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo”.

Sob essa perspectiva, a captura pode ser examinada nas condições que tornam determinados usos possíveis ou improváveis: formatos disponíveis, regras de visibilidade, modos de participação, formas de circulação e finalidades inscritas nos próprios meios. Se Deleuze permitia observar a modulação dos fluxos, Agamben coloca em primeiro plano a relação entre dispositivo, subjetivação e uso.

Essa operação não se esgota, contudo, na produção de sujeitos. Agamben observa que os dispositivos contemporâneos também engendram processos de dessubjetivação, ao separar a vida de suas possibilidades de uso: “o que define os dispositivos com os quais lidamos na fase atual do capitalismo é que eles não agem mais tanto através da produção de um sujeito, mas através de processos que podemos chamar de dessubjetivação” (AGAMBEN, 2006, p. 30, tradução nossa). Subjetivação e dessubjetivação não aparecem aqui como movimentos simplesmente opostos: o dispositivo pode constituir posições de sujeito ao mesmo tempo em que captura ou empobrece as possibilidades de uso que nelas se abrem.

Essa formulação evidencia a ambiguidade da participação em redes e da produção contínua de conteúdos. Um sujeito pode ser estimulado a falar, participar e

produzir, porém em condições limitadas aos formatos, à visibilidade, à circulação e às finalidades possíveis de sua ação. É diante dessa separação entre participação e uso que a profanação adquire importância.

“Profanar”, segundo Agamben (2006, p. 27, tradução nossa), “significa restituir ao uso livre dos homens” aquilo que foi separado. O problema do uso é central porque a captura operada pelo dispositivo não consiste apenas em proibir uma ação, mas em definir de antemão as condições e finalidades sob as quais algo pode ser utilizado. Daí emerge uma questão distinta da simples oposição entre controle e resistência: em que condições aquilo que um dispositivo captura e organiza pode voltar a ser experimentado segundo usos que não coincidam integralmente com as funções que lhe foram atribuídas?

A profanação não deve, contudo, ser confundida com qualquer apropriação alternativa, uso imprevisto ou subversão circunstancial de uma plataforma. Para Agamben, o problema é mais exigente: trata-se de suspender a relação funcional que fixa algo a uma finalidade determinada, tornando-o novamente disponível a um uso comum. É nesse sentido que a noção de gesto se torna relevante. Longe de designar uma ação dirigida a um fim, “o gesto é a exibição de uma medialidade, o tornar visível um meio como tal” (AGAMBEN, 2015, p. 59).

A articulação entre gesto e profanação permite então distinguir práticas que apenas contrariam usos previstos daquelas que alteram a própria relação entre meio e finalidade. A noção de gesto é decisiva nesse ponto porque não designa simplesmente uma ação alternativa, mas a exposição da própria medialidade: o meio deixa de aparecer apenas como instrumento subordinado a um fim e se torna ele próprio objeto de experiência.

Cabe distinguir, então, se determinado uso apenas ocupa de maneira diferente uma estrutura já dada ou se suspende, ainda que provisoriamente, a função que organizava aquela prática, reabrindo-a a outras possibilidades. Profanar um dispositivo não significa simplesmente utilizá-lo de modo criativo, mas intervir nas condições que separam um meio de seus usos possíveis.

Essa distinção evita atribuir automaticamente caráter profanatório a qualquer desvio de formato, circulação irônica ou apropriação não prevista. Tais práticas só se

tornam relevantes para essa análise quando descrevem uma efetiva suspensão ou reconfiguração das finalidades que orientavam o dispositivo. Como afirma Agamben (2006, p. 26, tradução nossa), trata-se de “liberar o que foi capturado e separado pelos dispositivos para restituí-lo a um possível uso comum”.

6 COMUNICAÇÃO, COMUNIDADE E IMUNIZAÇÃO: A PERSPECTIVA DE ESPOSITO

Em Esposito, a problemática do biopoder é examinada a partir da relação entre vida, comunidade e proteção. O núcleo de sua reflexão encontra-se na reconstrução etimológica de *communitas*, formada por *cum* (com) e *munus* (obrigação, dívida), pela qual a comunidade deixa de designar uma propriedade compartilhada para indicar uma relação que compromete e expõe os sujeitos uns aos outros.

[...] o *munus* que a *communitas* compartilha não é uma propriedade ou uma pertença. Não é um ter, mas, ao contrário, uma dívida [...] os sujeitos da comunidade estão unidos por um ‘dever’ – no sentido que se diz ‘te devo algo’, e não ‘me debes algo’ – que os faz não inteiramente donos de si mesmos. E que mais precisamente os expropria, em parte ou por inteiro, sua propriedade inicial, de sua propriedade mais própria – vale dizer, de sua mesma subjetividade (ESPOSITO, 2006, p. XIII-XIV, tradução nossa).

A comunidade não designa, nessa acepção, uma propriedade comum, mas uma relação que expõe os sujeitos e limita sua pretensão de plena apropriação de si. A negação dessa dívida, segundo Esposito, é a *immunitas*: não como simples contrário externo da comunidade, mas como dispensa ou neutralização do *munus*. Se a *communitas* implica obrigação e exposição, a *immunitas* protege o sujeito dos efeitos dessa relação. Por isso, para Esposito (2004, p. 47, tradução nossa), “a *immunitas* revela-se como a forma negativa, ou privativa, da *communitas*”.

Essa relação permite compreender a especificidade moderna da biopolítica. O problema não está na existência da proteção em si, mas no modo como a autoconservação passa a organizar politicamente a vida e suas relações.

[...] somente vinculada conceitualmente à dinâmica imunitária de proteção negativa da vida, é que a biopolítica revela a sua gênese especificamente moderna. Não porque uma sua raiz não seja

reconhecível também em épocas precedentes, mas porque só a modernidade faz da autoconservação individual o pressuposto de todas as outras categorias políticas, da soberania à liberdade (ESPOSITO, 2004, p. XIII, tradução nossa).

Comunidade e imunização não constituem, portanto, alternativas excludentes. A vida coletiva exige mecanismos de proteção, e o próprio Esposito (2005, p. 28, tradução nossa) ressalta que “não existe comunidade desprovida de algum tipo de aparato imunitário”. O problema analítico situa-se na intensidade e nos efeitos dessa proteção: aquilo que preserva a relação pode começar a restringi-la ao ultrapassar determinado limiar.

A imunização torna-se paradoxal quando os mecanismos destinados à proteção intensificam-se a ponto de comprometer aquilo que deveriam preservar. É a partir da imagem das patologias autoimunes – nas quais o sistema de defesa passa a atacar o próprio organismo – que Esposito pensa formas políticas de proteção capazes de produzir efeitos destrutivos sobre a vida comum.

O termo que melhor se presta a representar esta mecânica dissolutiva – justamente por sua polivalência semântica, que o situa no cruzamento entre as linguagens da biologia, do direito, da política e da comunicação – é ‘contágio’ [...] O que hoje assusta não é a contaminação enquanto tal – ela é considerada inevitável há muito tempo –, mas sua ramificação descontrolada e incontível por todos os gânglios produtivos da vida (ESPOSITO, 2005, p. 10-11, tradução nossa).

A perspectiva imunitária oferece uma chave para examinar práticas destinadas a proteger, selecionar ou estabilizar relações e os possíveis efeitos de fechamento produzidos por elas. Esse problema aparece com particular nitidez nas plataformas digitais, nas quais algoritmos participam da ordenação da comunicação, classificando informações, priorizando conteúdos e intervindo nas condições de interação. Katzenbach e Ulbricht (2019) situam esses processos no âmbito da governança algorítmica, entendida como uma forma de ordenamento social mediada por procedimentos computacionais e atravessada por relações de poder, interesses e disputas.

Essa ordenação não se restringe à classificação algorítmica. As políticas pelas quais as plataformas estabelecem e aplicam regras de conteúdo também constituem

formas de governança que distribuem possibilidades de participação e circulação (CAPLAN, 2023). Além disso, a regulação pode atuar não apenas pela remoção de conteúdos, mas pela gestão diferenciada de seu alcance. Ao analisar o *TikTok*, Zeng e Kaye (2022) denominam “*visibility moderation*” as intervenções pelas quais a plataforma governa a visibilidade dos conteúdos, ampliando o problema da moderação para além da oposição entre permanência e exclusão.

A aproximação com Esposito não significa, contudo, classificar previamente governança algorítmica, moderação, filtragem ou personalização como mecanismos imunitários. O operador permite formular outra pergunta: em que condições práticas justificadas pela relevância, segurança ou proteção passam a restringir a exposição à diferença e as possibilidades de relação? Uma política de moderação pode, por exemplo, reduzir formas de violência e ampliar condições de participação, enquanto determinados regimes de filtragem podem estreitar a variedade de conteúdos e relações acessíveis. O caráter imunitário não reside, portanto, na proteção em si, mas na relação entre sua função protetiva e os efeitos produzidos sobre circulação, visibilidade e encontro.

A mesma questão pode ser formulada em práticas de comunicação comunitária. Identidade, pertencimento e coesão podem fortalecer vínculos e assegurar condições de continuidade de um coletivo; não são, portanto, imunitários em si mesmos. A análise deve observar quando esses mecanismos de proteção passam a restringir a diferença, a entrada de novos sujeitos ou a transformação das fronteiras do grupo. Nesse limiar, aquilo que buscava preservar o comum pode começar a comprometê-lo.

A noção de autoimunidade fornece, nesse ponto, um critério mais preciso. Como afirma Esposito (2005, p. 27, tradução nossa), “em vez de adequar a proteção ao nível efetivo do risco, tende-se a adequar a percepção do risco à crescente necessidade de proteção”. O problema não é, portanto, opor comunicação e imunização, mas examinar em que momento e por quais operações a proteção se intensifica a ponto de restringir as relações que deveria tornar possíveis.

7 CONSIDERAÇÕES

Compreender a comunicação como processo biopolítico implica alterar o próprio estatuto do problema comunicacional. Em vez de tratá-la apenas como circulação de conteúdos entre sujeitos previamente constituídos, essa perspectiva dirige a análise para as relações pelas quais sujeitos, condutas, possibilidades de ação e formas de vida são produzidos e regulados. É nesse sentido que o biopoder oferece uma contribuição específica à Comunicação: investigar não somente o que circula, mas as condições que tornam socialmente possíveis determinados modos de comunicar, participar, relacionar-se e existir.

Os quatro operadores construídos ao longo do artigo especificam diferentes dimensões dessa investigação. A modulação permite examinar a regulação contínua das possibilidades de ação; o comum, aquilo que as relações comunicacionais produzem e tornam compartilhável; o dispositivo, as formas de captura e organização dos usos; e a imunização, os mecanismos de proteção que podem regular ou restringir a exposição ao outro. Eles não constituem etapas sucessivas nem um modelo explicativo único, mas perspectivas complementares para interrogar relações distintas entre comunicação, poder e vida.

Esses operadores não configuram uma alternativa metodológica à análise de conteúdo, à análise do discurso, à etnografia ou a outros procedimentos empíricos. Seu estatuto é teórico-analítico: eles orientam a formulação de problemas que podem ser investigados por diferentes métodos, conforme a natureza do objeto. A contribuição proposta consiste, portanto, menos em estabelecer uma nova técnica de análise do que em tornar visíveis relações e condições de possibilidade que abordagens centradas exclusivamente nos conteúdos ou em seus efeitos podem deixar em segundo plano.

Nos ambientes digitais, essa perspectiva pode orientar investigações sobre classificação algorítmica, personalização, recomendação, moderação, circulação de conteúdos e produção de dados, sem pressupor que tais fenômenos sejam biopolíticos por definição. A questão é examinar empiricamente como essas operações modulam possibilidades de ação, mobilizam capacidades produtivas, organizam usos ou instituem formas de proteção e fechamento. A abordagem biopolítica oferece, assim, perguntas e

critérios de investigação; sua pertinência deve ser demonstrada na análise concreta de cada objeto.

A principal consequência dessa abordagem é retirar a comunicação da posição de simples mediação entre forças sociais estabelecidas. Ela é investigada, então, como uma das práticas pelas quais essas forças adquirem forma, sujeitos são constituídos, relações se organizam e determinadas possibilidades de vida se tornam viáveis ou inviáveis. Pensar a comunicação como processo biopolítico significa, nesse sentido, interrogá-la não apenas como representação da vida social, mas como uma das condições de sua produção.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Che cos'è un dispositivo?** Roma: Nottetempo, 2006.
- AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim.** Tradução de Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CAPLAN, Robyn. Networked platform governance: the construction of the democratic platform. **International Journal of Communication**, v. 17, p. 3451–3472, 2023. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/20035/4180>. Acesso em: 31 ago. 2026.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- ESPOSITO, Roberto. **Bíos:** biopolítica e filosofia. Turim: Einaudi, 2004.
- ESPOSITO, Roberto. **Immunitas:** protección y negación de la vida. Tradução de Luciano Padilla López. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- ESPOSITO, Roberto. **Communitas:** origine e destino della comunità. Turim: Einaudi, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth.** Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- KATZENBACH, Christian; ULBRICHT, Lena. Algorithmic governance. **Internet Policy Review**, v. 8, n. 4, 2019. Disponível em: <https://policyreview.info/concepts/algorithmic-governance>. Acesso em: 31 ago. 2026.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral:** uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PELBART, Peter Pál. **Vida capital:** ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- WILLIAMS, Raymond. **Keywords:** a vocabulary of culture and society. New York: Oxford University Press, 1985.
- ZENG, Jing; KAYE, D. Bondy Valdovinos. From content moderation to visibility moderation: a case study of platform governance on TikTok. **Policy & Internet**, v. 14, n. 1, p. 79–95, 2022. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/poi3.287>. Acesso em: 31 ago. 2026.
- YAMAMOTO, Eduardo Yuji. Mei > Munus > Communio: uma proposta genealógica para o estudo etimológico da comunicação. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 30., 2021, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas: Galoá, 2021

Original recebido em: 01 de abril de 2026

Aceito para publicação em: 01 de setembro de 2026

Eduardo Yuji Yamamoto

Eduardo Yuji Yamamoto é professor e pesquisador na Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Foi *Visiting Researcher* na Itália, Inglaterra e Japão. Desde 2014, é líder do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos de Comunicação e Biopolítica (LaBBio/CNPq). Seus artigos e livros discutem temas relacionados à teoria e à epistemologia da comunicação, bem como ao estudo do cinema comunitário latino-americano.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional